

MARANHÃO OITOCENTISTA NA SALA DE AULA: A BALAIADA NOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus*

Os livros didáticos de história têm em suas raízes a preocupação de criar uma consciência de nação. No decorrer da história do Brasil modificou-se de acordo com as transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, até assumir um espaço central no processo de aprendizagem (PEREIRA, 2014). Um dos papéis do Livro Didático, portanto, é levar ao aluno o conhecimento elaborado na academia¹¹, por isso no momento de sua escolha requer atenção e habilidade do professor que o adota. Para isso, existe o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem por finalidade subsidiar o professor e a escola na escolha do livro didático que será adotado no triênio.

Como uma mercadoria o livro escolar recebe diversas intervenções durante sua fabricação e comercialização. Nesse processo interferem várias personagens como o editor, autor, técnicos especializados dos processos gráficos: programadores visuais e ilustradores. Vale dizer que o livro escolar como elemento da indústria cultural determina um modo de ler direcionado por técnicos e não pelo autor (BITTENCOURT, 1997).

Assim, o conteúdo do livro didático não se trata apenas de uma vontade de quem o escreve, sobre suas visões historiográficas, contudo vai muito além do seu ponto de vista que é adequado às bases curriculares, mediadas pelo mercado. Desse modo, avaliar ou analisar um livro didático é mais complexo que assinalar a ausência de determinado conteúdo, ou modo como o seu conteúdo é ou precisaria ser oferecido. Ao se pensar no livro didático é necessário observá-lo inserido nesse complexo contexto que abarca políticas públicas de ensino, bases curriculares e a efetuação do livro didático por autores e editoras, e a inserção da historiografia (PEREIRA, 2006).

Esse trabalho chama atenção para a trajetória dos materiais didáticos de História do Maranhão, pois é de suma importância ter materiais dessa temática para contribuir com os estudantes no conhecimento de interpretações da História local, e refletirem sobre suas

* Esta comunicação é resultado da dissertação de mestrado: “A BALAIADA NA SALA DE AULA: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada””, sob a orientação da Prof. Dr^a Elizabeth Sousa Abrantes, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN). A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

¹¹ Vale dizer que nem sempre o conhecimento histórico é elaborado na academia, pois há aqueles que se colocam a escrever a História como jornalista, literatos, etc.

origens e identidades, sobre os processos socioeconômicos e políticos, com suas mudanças e permanências, e valorizem a pluralidade étnica e cultural que constitui a formação social do Maranhão.

Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar os sentidos construídos para os conteúdos veiculados nos materiais didáticos que circulam ou já estiveram presentes e, até mesmo são usados nas elaborações das aulas de História do Maranhão da educação básica, especificamente, no conteúdo que versa a respeito da Balaiada. Considera-se que os livros e os materiais didáticos podem carregar um determinado discurso historiográfico característico, quem o escreve pode empregar a produção acadêmica para fundamentar o conhecimento histórico que se aspira legitimar.

Para tal escopo, utiliza-se as obras dos autores, como Barbosa de Godóis com sua obra intitulada *História do Maranhão*, publicada em 1904; Mário Martins Meirelles com as obras *Pequena História do Maranhão* e *História do Maranhão*, publicadas em 1959 e 1960, respectivamente; Raimundo Lindoso Castelo Branco com a obra *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, publicado em 1988; Célia Siebert e Renata Siebert que lançaram o livro intitulado *Maranhão - História* em 2013.

Ensino de História do Maranhão e suas problemáticas

Muitas vezes a História Regional tem permanecido longe dos interesses e alcance dos alunos. No caso do Maranhão isso acontece em parte devido à ausência de material didático que aborde a História local. Outro fator que tem diminuído o interesse pela história local foi a adesão das universidades públicas ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que fez com que os alunos dessem pouca atenção à história que contempla os estudos regionais. Sobre a história regional, Giron diz que:

[...] a história regional, filha do espaço e da dependência, considerada por muitos como apenas bastarda do Clío [...] O preconceito contra a história regional é tão antigo como a própria História. Já os gregos rejeitam a história regional, ao estudar grandes mudanças históricas que excluem, não só a história local, como os historiadores locais. A concepção histórica dos gregos, bem como sua filosofia, permanecem ao longo dos séculos. A história regional continua sendo repelida para fora da história geral, tanto então como agora. Tal rejeição tem um sentido e obedece a alguns pressupostos teóricos e ideológicos (GIRON, 2000, p. 28-29, grifos nossos).

A historiadora Bittencourt (2008, p. 168) advoga que a história regional proporciona, na dimensão do “[...] estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação”, e coloca a importância da memória para a história local. Para a autora, a “memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para os historiadores como para o ensino”.

Geralmente, os livros didáticos trazem em seu conteúdo temas mais gerais, e às vezes de cunho historiográfico conservador, sem trazer à tona temas mais específicos da História Regional. Ao observarmos os livros didáticos, os espaços dados a História do Maranhão, quando isso acontece, são minúsculos, sem muita expressão. Sabemos que para a produção de um material didático há todo um processo complexo.

Como salienta Engel (2009) as produções didáticas são consideradas produto cultural dotado de alto grau de complexidade, tendo sua autoria plural, na qual fazem parte, além do autor, as figuras do editor, dos programadores visuais e dos ilustradores. Sobre quem produz o livro didático, a referida autora diz que “enquanto formulador de um discurso historiográfico específico, o autor do livro didático pode utilizar a produção historiográfica acadêmica para fundamentar o conhecimento histórico abordado em termos de argumentos de autoridade, buscando sua legitimação” (ENGEL. In. 2009, p. 30).

Como quase não existem livros didáticos sobre História do Maranhão para a Educação Básica, e pôr na maioria das vezes desconhecem as produções acadêmicas, os professores da educação básica quase não trabalham em suas aulas a história do seu Estado, quando trabalham utilizam as obras tradicionais dos historiadores por ofício ou profissionais que não são da área de História e trabalhos de historiadores de profissão.

Materiais Didáticos de História do Maranhão

A escolha, neste trabalho, das obras didáticas especificamente de História do Maranhão tem por finalidade mostrar os materiais didáticos que são ou já foram utilizados em sala de aula, e que também auxiliaram os professores na elaboração de suas aulas de História do Maranhão. Assim, apontamos as obras catalogadas acerca dessa temática em ordem cronológica: Godóis (1904), Meireles (1959;1960), Castelo Branco (1988) e Célia Siebert, Renata Siebert (2013).

O historiador por ofício Barbosa de Godóis, nascido em São Luís do Maranhão (10/11/1860), onde teve uma carreira política, destacou-se por ter criado o Hino maranhense e exercido várias funções ligadas ao ensino público no Maranhão. Na Academia Maranhense de Letras (AML), ocupa a cadeira de número 1, referente à cadeira de educadores. Escrevendo sua obra intitulada *História do Maranhão* (1904), subintitulada *para uso dos alunos da Escola Normal*, em dois volumes, no início do século XX, traz consigo uma visão panorâmica da história desse estado desde as Capitanias Hereditárias até a adesão do Maranhão à proclamação da República, divididos em três partes: Primeira Parte – O Maranhão-Colônia; Segunda Parte – O Maranhão-Província e Terceira Parte – O Maranhão-Estado.

Tratava-se, portanto, de uma conjuntura histórica em que a República deveria ser ensinada como a que redimiria os erros do passado monárquico, e até mesmo do Período Colonial utilizando termos como desmandos e desgovernos para se referir a esses momentos. Isso, é uma demonstração clara na obra de Godóis, devido seu trabalho ser voltada para a educação em um contexto com a predominância de militares dirigindo o país, e dado a uma conjuntura de educar a nova geração para construir o futuro do país.

Quanto a Balaiada, Godóis (2008, p. 351) a divide em três fases, expõe as características físicas de alguns líderes e os chama de caudilhos¹². Constatamos que ao longo da narração desse movimento, o autor condena os revoltosos, para ele, os envolvidos na Balaiada não tinham um ideal e por isso “os chefes rebeldes tomaram a rapina e a crueldade como programa. Nem era isso de se admirar em semelhante gente” e corriam notícias das “selvagerias e desumanidades praticadas pelos revoltosos”.

Expõe que Raimundo Gomes depois de seu audacioso cometimento na vila da Manga, que teria ocorrido por uma questão toda pessoal mediante a prisão do seu irmão, foram surgindo outros chefes rebeldes em vários lugares, sem uma causa particular, exceto o Balaio, que se proferia ofendido na sua honra pela desdita de suas duas filhas, seduzidas por um oficial em comissão (GODÓIS, 2008).

Diante disso, Godóis (2008, 349-350) faz questionamentos devido à simultaneidade do rompimento da revolta em grande parte da Província indicou que seria, “ou um plano concertado previamente, ou a existência de um fermento revolucionário muito forte, cuja eclosão dependeria apenas de um pretexto qualquer que a incitasse”. Notamos que nessa

¹² "Estes líderes, geralmente de origem militar, oriundos, em sua grande maioria, da des-mobilização dos exércitos que combateram nas guerras de independência[dos países da América espanhola], de 1810 em diante, provinham, em certos casos, de estratos sociais inferiores ou de grupos étnicos discriminados (mestiços, índios, mulatos, negros)" (OLIVIERI, 2000, p. 156-157).

hipótese, Godóis nega a capacidade das camadas populares em articular um movimento de grande extensão territorial, mas acreditava que haveria alguém de prestígio para dar as coordenadas a Balaiada. Em relação à primeira hipótese, Godóis afirma que seria preciso que,

[...] da capital ou de outra parte onde existisse alguém de bastante prestígio para se fazer obedecer em tamanha extensão do território, partisse a palavra de ordem, a organização e a direção da revolta. Dado esse caso, porém, não somente seria impraticável a guarda do sigilo de um fato desses, transmitido a tantos indivíduos, como, quando assim não fosse, não seria certamente a indivíduos da última camada que se daria o encargo de fazer um levantamento popular [...] Era de presumir, nesse caso, que se cometesse a realização de semelhante empreendimento a pessoas consideradas e que dispusessem de grandes elementos, pela posição social, influência política e fortuna (GODÓIS, 2008, p. 350, grifos nossos).

O historiador por ofício Mário Martins Meireles (1915-2003) nasceu em São Luís do Maranhão. Iniciou no Magistério da década de 1940, como professor de História Universal e do Brasil. Em 1953, tornou-se professor universitário na Faculdade Federal do Maranhão (UFMA). Pertenceu ao Instituto Histórico Geográfico do Maranhão (IHGM) e da Academia Maranhense de Letras (AML), em que assumiu vários cargos administrativos. Escreveu mais de trinta livros relacionados à História do Brasil e Maranhão em diversos contextos.

Durante muito tempo, a história serviu como um meio dos alunos adquirirem uma formação moral e cívica. A obra *Pequena História do Maranhão*, publicada em 1959, é caracterizada por uma história tradicional, permeada do método da “memorização” para cumprir seu objetivo de ensinar as “tradições nacionais” e induzir ao patriotismo. No prefácio, Meireles (1959) informa que seu trabalho não tinha nenhuma intenção, possibilidade nula, visto que nas suas palavras seguintes diz que sua obra havia sido solicitada pela sua colega da Faculdade de Filosofia de São Luís, professora Odila Soares, que ocupava na época o cargo de Orientadora Pedagógica dos Cursos do SENAC-MA, devido à dificuldade de encontrar materiais que abordassem a História e a Geografia do Maranhão, a nível de curso de primário. Convém lembrar ainda que *Pequena História do Maranhão* (1959), foi instituída por meio do Decreto de nº 1732 de setembro de 1960, que oficializou seu uso nas escolas Primárias do Estado.

Meireles (1959) sintetizou nessa obra os conteúdos básicos da História do Maranhão, possuindo quinze capítulos que abordam desde o “Descobrimento do Maranhão até Maranhenses Ilustres e Hino Maranhense”. A História nesse contexto, ainda estava sob o domínio de um método de ensino voltado para memorização, ou seja, aprendia História quem decorava nomes e fatos com suas datas e as grandes personagens da História. No que

concerne as fontes utilizadas para a elaboração de manual didático, Meireles não indica de onde embasou sua escrita.

No tocante a Balaiada, o autor discorre sobre esse movimento ressaltando as grandes figuras que se destacaram ligadas ao Estado, como o oficial Brigadeiro Feliciano Falcão, que comandou uma das colunas imperiais. E a trajetória de ascensão da personagem do General Luís Alves de Lima e Silva que recebeu o título de Barão de Caxias, e depois de Duque de Caxias, e o chama de “Grande General”. Acerca dos “balaios” serem vencidos foi restabelecida a paz no Maranhão, passando a impressão de que o movimento consistiu apenas em pôr fim a ordem vigente sem conter teor político ou reivindicações plausíveis.

No *prefácio* de *Pequena História do Maranhão*, Meireles já prenunciava a *História do Maranhão* que seria publicado em 1960, ao dizer que: “os elementos que lhe demos, extraídos de uma ‘História do Maranhão’ que ainda não pudemos dar ao público [...]”. Quanto à obra *História do Maranhão*, publicada em 1960, também é uma de escrita tradicional que apresenta uma história narrativa, linear e descritiva.

Essa obra é dividida em 36 capítulos que vão desde o “Descobrimento” até o Maranhão Contemporâneo, ressaltando aspectos econômicos, financeiros, educacionais e culturais. Os fatos são apresentados como naturais, os contextos não são postos nas contradições originadas a começar das circunstâncias materiais nas quais os indivíduos se localizam em dada conjuntura histórica. A obra não contém imagens e a bibliografia utilizada são de historiadores filiados a uma historiografia conservadora, como expoentes Ribeiro do Amaral, Francisco Adolfo de Varnhagen, não havendo uma discussão historiográfica apresentando elementos trazidos por uma historiografia mais revisionista.

No *prefácio*, Mário Meireles (1960) salienta que algumas obras naquele período encontravam-se escassas, anos depois foram reeditadas, e interpelava-se de como seria possível ao magistério ensinar a disciplina as futuras professoras primárias, se não havia onde aprendê-la. À vista disso, Meireles registra seu trabalho para estimular o interesse daquela sociedade para a história do Maranhão, portanto, como reclama o autor, “hoje em dia na terra, se conta por uma precária meia dúzia de homens que ainda querem saber do nosso passado porque sabem que história é a mestra da vida” (MEIRELES, 2015, p. 15-16).

Acerca da Balaiada, Meireles não aprova o levante, faz duras críticas quanto a sua composição, diz que não havia liderança, era um movimento de vingança, expansão desenfreada de anseios e que não se admiraria, caso a irracionalidade os dominasse, portanto, para o autor a revolta não passava de um:

Levantamento de cafuzos, crioulos, mulatos e pretos, de vaqueiros e agricultores, de escravos fugidos e soldados desertores, de bandidos e vagabundos, sem uma figura maior que os chefiassem; sem terem conseguido, nas elites bemtivis, despertar para sua causa atitude semelhante à que haviam tido pela causa que eles outros advogavam; sem um único elemento do clero, da nobreza, da burguesia, da oficialidade de linha, da magistratura, do funcionalismo, à sua frente, a Balaiada é algo de incompreensível na história político-administrativa do Maranhão e, antes, um capítulo de nossa história político-social (MEIRELES, 2015, p. 300, grifos nossos).

Meireles reproduz o discurso de uma historiografia oficial e conservadora sobre a Balaiada, e ainda acaba por enfatizar uma história de “grandes heróis” em suas batalhas, como é o caso de Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, tido como o que extinguiu o movimento:

Eis a **Balaiada** como a compreendemos. **Essa revolução absurda** em sua definição e na concepção de suas causas; mas que levantou mais de dez mil homens e exigiu, **para a sua extinção, a espada do maior general brasileiro de todos os tempos – o duque de Caxias, Patrono do Exército** (MEIRELES, 2015, p. 301, grifos nossos).

Em 1988, o professor de geografia José Raimundo Lindoso Castelo Branco, que atua na educação básica (Público/Privado) e no Ensino Superior, lança o livro *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão* (1º grau), pela editora FTD, em São Paulo, pertencente aos irmãos Maristas, que nos agradecimentos menciona um desses “irmãos” que o ajudou na produção desse livro. Esse trabalho visou atender a então sétima série, e é importante lembrar que o livro não é de História ou de Estudos Sociais, mas de Geografia do Maranhão, entretanto, sua escrita aponta aspectos históricos, geográficos e cívicos. Possui, em preto e branco, imagens, quadros, mapas, que não têm legendas e referências que deixem claro para o estudante as informações apresentadas nesses recursos.

É pequena a bibliografia usada pelo autor e seus autores filiados a uma escrita tradicional, citamos algumas dessas obras e autores: Almanaque Abril (1978), Atlas do Estado do Maranhão (1984), Eloy Coelho Neto (1979), Enciclopédia Barsa Universal (1964-1970), Meireles (1960), Mochel (1971), Lima (1981), etc. O livro está dividido em quatro unidades: Aspectos Gerais do Maranhão; Aspecto Históricos do Maranhão; Aspectos Cívicos e Políticos do Maranhão; Aspectos Humanos e Econômicos do Maranhão.

Quando se trata da *Balaiada*, o autor menciona que essa revolta ocorreu por insatisfação popular, dado os “grandes conflitos em função da conquista pelo poder e abusos das autoridades” (CASTELO BRANCO, 1988, p. 34). Nesse livro, estão presentes apenas

dois dos três líderes populares mencionados pela historiografia, Raimundo Gomes e Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, portanto, deixando de fora o “Negro Cosme”. O termo cidadão não aparece no manual didático, Castelo Branco não discute o que era ser um cidadão no Brasil nesse período. A participação dos chamados grupos inferiores é posta como saqueadores, o que passa a impressão para os alunos que “os balaios” não tinham objetivos a serem alcançados. “O grupo dos balaios crescia a cada dia. Em julho de 1839, **renderam e saquearam a cidade de Caxias**, onde apreenderam armamento e munição” (CASTELO BRANCO, 1988, p. 34, grifos nossos).

Isso se evidencia com a figura de Luís Alves de Lima e Silva, posto como o “pacificador” dos revoltosos, pois de acordo com Castelo Branco (1998, p. 35, grifos nossos), “para acabar com a Balaiada, o governo imperial mobilizou tropas de várias províncias [...] O comando foi entregue ao general **Luís Alves de Lima e Silva, que conseguiu vencer os balaios e a província do Maranhão**”. Esse autor, não questiona como se deu esse processo de pacificação, não aponta que as camadas populares conheceram a mais dura repressão das tropas legais. Por outro lado, o autor enfatiza que a: “grande Vitória de Luís Alves de Lima e Silva deu-lhe o título de nobreza “Barão de Caxias” atribuído pelo imperador, D. Pedro II. **Caxias, devido a seus méritos militares, tornou-se ‘Patrono do Exército Brasileiro’**”. Vemos que por meio de uma “História Heroicizante” a imagem de Caxias como o “pacificador” foi posta no imaginário nacional.

O último livro desta análise é *Maranhão História*, das autoras Célia Siebert e Renata Siebert. A professora Célia Siebert é formada em Letras pelas Faculdades Anchieta de São Paulo, leciona no Ensino Fundamental nas redes pública e particular do Estado de São Paulo, e é editora de livros didáticos na área de Ciências Sociais. A psicóloga Renata Siebert, bacharela e licenciada em Psicologia pela UNIP (Universidade Paulista), especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson - Araras - São Paulo e responsável pela avaliação psicológica como perito examinadora de trânsito, e também é autora de outros livros didáticos - Brasil em mapas - Geografia, História - Todos os anos; Maranhão - Geografia - Geografia - Todos os anos.

As autoras, em 2007, lançaram o livro *Maranhão - História e Geografia*, não conseguimos localizar este livro, no entanto, observou-se que essa obra foi desmembrada em Geografia e História do Maranhão. Em 2008, lançou-se *Maranhão – Geografia*, que levou apenas o nome da psicóloga Renata Siebert, já o *Maranhão História* foi publicado, em 2013,

tendo a autoria de Célia e Renata Sieberts. É oportuno falar que não localizamos este livro no PNLD do período. No que tange a Balaiada, as autoras relatam que:

Na primeira metade do século XIX, houve uma revolta das camadas populares tanto do Maranhão como do Piauí. Essa população era formada, por exemplo, por vaqueiros, lavradores, artesãos, soldados desertores e negros. Enfim, por muitos daqueles que viviam marginalizados pela miséria, pela carestia, pela exploração, pela escravidão. Pela indiferença e corrupção das autoridades (SIEBERT, C; SIEBERT, R, 2013, p. 81, grifos das autoras).

No entanto, Célia Siebert e Renata Siebert (2013) apesar de citarem a composição social do movimento, não criticam o desfecho da Balaiada, há ausência de reflexões sobre as medidas arbitrárias do governo imperial em relação aos balaios, isto é, não avança muito quando se trata de levar os alunos, a partir da magnitude do movimento, a refletir criticamente acerca das causas, e à constatação e à observação dos problemas e diferenças. O protagonismo da participação popular é minimizado, suas reivindicações não são exploradas didaticamente para que o estudante, caso necessite cogitar uma possível solicitação de mudança ante a uma situação adversa.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos observar que os materiais didáticos referentes à História do Maranhão que foram e são utilizados nas aulas, precisam de reformulações em seus conteúdos e abordagens para colaborar na formação crítica dos alunos para que os mesmos sejam sujeitos ativos da sua própria história, e atuem de forma consciente em sua realidade histórica.

Vimos obras como a de Godóis que a escreveu em um contexto da República como nova forma de governo, em 1904. Passadas quase 6 décadas, em 1959/60, Meireles lança seus trabalhos que não diferem muito de Barbosa de Godóis. Em 1988, Raimundo Lindoso Castelo Branco publicou a obra *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, a qual segue uma abordagem tradicional. Em 2013, Célia Siebert e Renata Siebert lançaram o livro intitulado *Maranhão - História* que já segue novas abordagens de ensino, mas apresenta algumas limitações.

Portanto, os historiadores não podem ficar indiferentes da aplicação dos conhecimentos históricos nos livros didáticos, daí a importância de se estudar a história dos manuais didáticos, pois, no decorrer da história do Brasil modificou-se de acordo com as

transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, até assumir um espaço central no processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez Editora, p. 183-220, 2008.

_____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____. (org.). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTELO BRANCO, José Raimundo Lindoso. **Estudo Regional do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1988.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (Orgs.) **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC – ANPUH – RS, 2000, p. 23-38.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão: Para uso dos alunos da escola normal**. 2 Ed. São Luís: EDUEMA, 2008.

ENGEL, Magali Gouveia. Memórias e histórias dos balaios: Interpretações entre os saberes acadêmicos e a história ensinada. IN: ROCHA, Helenice, Magalhães, Marcelo e Gontijo, Rebeca. **A escrita da história escolar**. Memória e historiografia. RJ: FGV editora, 2009. p.329-344.

MEIRELES, Mário (1960). **História da independência do Maranhão**. São Luís: Artenova, 1972.

_____. **Pequena história do Maranhão**. 3. ed. São Luís: SIOGE, 1970.

OLIVIERI, Mabel. **Caudilhismo**. In: BOBBIO, Norberto e outros. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 156-157.

PEREIRA, Joyce Karla. “**A Independência do Brasil e o ensino de história: conhecimento histórico e formação para a cidadania entre uma nova historiografia, livros didáticos e professores.**” Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2014.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do Velho ao Novo: Política e Educação no Maranhão**. 1982. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1982.

SIEBERT, Célia; SIEBERT, Renata Mercedes da Cunha. **Maranhão História**, volume único. 1 ed. São Paulo: FTD, 2013.

SILVA, A.L.C. **Falas de decadência, moralidade e ordem**: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.